

**FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA,
MERCADOR DE ESCRAVOS
UM SONHO ACORDADO E O MEDONHO PESADELO**

Luis Nicolau Parés¹  

Universidade Federal da Bahia

Alberto da Costa e Silva publicou *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (2004, 208 páginas) dois anos após lançar o seu segundo e monumental volume da história da África, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*.² Depois de nos oferecer uma narrativa de escopo continental, a trajetória de vida do famoso mercador de escravos baiano Francisco Félix de Souza, também conhecido pelo título de Chachá, lhe permite desenvolver uma análise de recorte regional, nos reinos de Badagry, Popô Pequeno, Huedá (Uidá) e, sobretudo, o Daomé, na Costa dos Escravos, na África ocidental, nos séculos XVIII e XIX.³ A biografia do baiano assentado em terras africanas ofereceria material suficiente para um livro, mas Costa e Silva vai além e consegue entretecer a trajetória de vida com a reconstituição histórica e minuciosa do mundo sociocultural em que a personagem se movimentava, tudo isso com uma admirável capacidade de síntese bibliográfica e uma prosa de alta qualidade literária.

1 Professor do Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia.

2 Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UERJ, 2004; Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Entre os dois livros, ele ainda publicou *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* foi publicado apenas pela editora Nova Fronteira a partir da 4ª edição, em 2012, com uma breve apresentação de Nei Lopes. Em 2024, foi lançada a 7ª edição.

3 Neste texto, acompanho a ortografia de etnônimos e topônimos utilizada por Costa e Silva.

Apesar da diferença na escala geográfica dos dois livros, o foco na história do tráfico de escravizados na África permanece central. Não por acaso, o biografado é um “mercador de escravos”, como reza o subtítulo da obra. Aliás, merece nota a audácia do autor em explicitar na capa do livro a identificação comprometedora e, ao mesmo tempo, inescapável. Também não pode ser ignorado que a escolha recaiu sobre um traficante brasileiro e não de nação africana ou europeia.

Desde a década de 1960, autores como David Ross e Pierre Verger tinham começado a pesquisar e publicar sobre os perfis biográficos de alguns dos principais “negreiros” brasileiros que atuaram, no século XIX, na Costa da Mina, topônimo utilizado pelos portugueses para designar a parte do litoral africano que incluía a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. Ross publicou um artigo dedicado à carreira de Domingo José Martins, um dos principais traficantes brasileiros na região, enquanto Verger identificou e levantou informações sobre várias dessas personagens e suas inter-relações, dedicando espaço considerável a Francisco Félix de Souza.⁴

Com esses antecedentes e outros, no final da década de 1990 alguns historiadores da escravidão passaram a propor a necessidade de pesquisar as trajetórias de vida individuais, para além das análises sociológicas e estruturais, amiúde de caráter estatístico, que dominaram as décadas precedentes, sinalizando os primórdios do que viria a ser conhecido como a “virada biográfica” da história atlântica.⁵ Não é evidente, porém, que o livro de Costa e Silva, apesar de coetâneo, se encaixe nessa “virada”, porque ela

4 Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVIII a XIX*. 4ª edição revista, Salvador: Corrupio, 2002 [1968], pp. 475-514, cap. 12; Ross, David A., “The Career of Domingo Martinez in the Bight of Benin, 1833-1864”, *Journal of African History*, v. 4, n. 1, (1965), pp. 79-90, .

5 Ver, por exemplo: Randy J. Sparks, *The Two Princes of Calabar: an Eighteenth-Century Atlantic Odyssey*, Cambridge: Harvard University Press, 2004; Vincent Carretta, *Equiano, the African: Biography of a Self-Made Man*, Atlanta: The University of Georgia Press, 2005; Robin Law e Paul Lovejoy (eds.), *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his Passage from Slavery to Freedom in Africa and America*, Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007; Linda Lindsay e John Sweet (eds.), *Black Atlantic Biography*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

envolveu uma profusão de estudos sobre a vida de sujeitos vitimizados pelo tráfico e seus descendentes e, raramente, foi concebida como inclusiva das biografias dos traficantes. A “virada biográfica” da história atlântica foi principalmente negra. No entanto, a pesquisa sobre a outra cara da moeda, a dos mercadores brancos e mestiços, responsáveis pela escravidão, oferece uma janela de acesso privilegiada e imprescindível para uma compreensão mais nuançada e polifacetada do mundo afro-atlântico.⁶ A publicação do livro de Costa e Silva em 2004, mesmo inadvertidamente, participou e acompanhou esses movimentos e forças historiográficas.

No prefácio, Costa e Silva explica que, em 1998, quando já tinha escrito boa parte do seu *Francisco Félix de Souza*, tomou conhecimento de que o historiador escocês Robin Law, “quem mais sabe, a meu juízo, da história da Costa dos Escravos”,⁷ também estava escrevendo sobre a mesma personagem, o que o levou a quase desistir da empreitada.⁸

6 Para trabalhos sobre traficantes brasileiros, ver: Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes, *Joaquim Pereira Marinho: Perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999, ; João Pedro Marques, “Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, um percurso negreiro no século XIX”, *Análise Social*, v. 36, n. 160 (2001), pp. 609-638; Aline Emanuelle de Biase Albuquerque, *De ‘Angelo dos Retalhos’ a visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, ; Silvana Andrade dos Santos, *Tecido pela escravidão: tráfico e indústria na Fábrica Têxtil Todos os Santos (Bahia, c.1840-1870)*, Rio de Janeiro: Hucitec, 2023. Sobre traficantes africanos, com passagem pelo Brasil, ver, dentre outros: João José Reis, Flávio Gomes e Marcus de Carvalho, *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-c.1853)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 138-39, 169-171; Elaine Santos Falheiros, “Luís e Antônio Xavier de Jesus Luís e Antônio Xavier de Jesus: mobilidade social de africanos na Bahia oitocentista”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, ; Luis Nicolau Parés, *Joaquim de Almeida: a história do africano traficado que se tornou traficante de africanos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

7 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 5.

8 Em 1998, Robin Law apresentou sua pesquisa sobre Francisco Félix de Souza no texto “The Evolution of the Brazilian Community in Ouidah”, em um congresso celebrado na Universidade de Emory, em Atlanta. Com esse título, foi publicado em *Slavery & Abolition*, n. 22 (2001), pp. 22-41, e traduzido ao português: “A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66”, *Afro-Ásia*, n. 27 (2002), pp. 41-77, ; O texto foi reaproveitado para escrever outro, focalizando na figura de Francisco Félix Souza, traduzido ao português pelo próprio Costa e Silva e publicado, pela primeira vez, no Brasil: “A carreira de Francisco Félix de Souza

Afortunadamente, acabou razoando que “cada um de nós desenha com *riscas* diferentes o retrato de uma pessoa”,⁹ argumento persuasivo que o encorajou a dar continuidade ao projeto acalentado durante décadas. Costa e Silva nos revela que escrever esse livro foi um “sonho acordado” desde sua adolescência, em meados da década de 1940, quando leu pela primeira vez sobre Francisco Félix de Souza, presumo que no livro *Africanos no Brasil*, do médico maranhense e professor de medicina na Bahia, Nina Rodrigues.¹⁰ Não por acaso, o autor reconhece Rodrigues, Verger e Law como as fontes principais do livro.

Mas é claro que Costa e Silva não se limitou à inspiração desses autores. Como sinalizei acima, uma das grandes virtudes deste livro é a capacidade de compendiar, de forma clara e compreensível, a vasta literatura existente sobre a Costa da Mina. O autor recompilou informações ao longo dos anos, devagar; deixou repousar e destilou o essencial da multiplicidade de versões sobre um dado assunto ou dos debates historiográficos sobre um determinado tema. Sem sombra de dúvida, trata-se de um relato muito bem-informado e as virtudes de uma pesquisa cuidadosa de longa duração transpiram nas suas páginas.

Costa e Silva não foi um historiador à busca de fontes primárias nos arquivos, pois lançou mão de numerosas fontes primárias *publicadas*. Ele examinou, sobretudo, a literatura dos viajantes europeus que percorreram o litoral africano do século XVII ao XIX. Também leu tudo da historiografia do século XX, tanto da academia ocidental, como a produzida pelos

na África Ocidental (1800-1849)”, *Topoi*, n. 2 (2001), pp. 9-39, . A versão inglesa só apareceria mais tarde: Robin Law, “Francisco Félix de Souza in West Africa, 1800-1849” in José C. Curto, Paul E. Lovejoy (eds.), *Enslaving Connections: Western Africa and Brazil during the Era of Slavery* (Amherst: Humanity Books, 2004). Ainda sobre Francisco Félix de Souza, ver: David Ross, “The first Chachá of Whydah: Francisco Félix de Souza”, *Odu* (New Series), n. 2 (1969), pp. 19-28; Simone de Souza, *La Famille de Souza du Bénin-Togo*, Cotonou: Les Éditions du Bénin, 1992; Ana Lucia Araújo, “Aquele que ‘salva’ a mãe e o filho”, *Tempo*, n. 29 (2010), pp. 43-66, .

9 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 6.

10 Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1906] 1977, pp. 28-30.

historiadores locais. Além disso, se valia de elementos das tradições orais que conseguiu coletar em suas viagens pela África ocidental, enquanto embaixador do Brasil em Lagos, Nigéria (1979-83), e cumulativamente em Cotonu, República do Benim (1981-83).

Ao longo do livro há diversas referências autobiográficas: “quando morei na Nigéria”, “todas as vezes que percorri de automóvel” a distância entre duas aldeias.¹¹ O autor conhece de primeira mão os lugares que descreve, esteve lá, e isso faz a diferença. O seu posicionamento geopolítico, enquanto diplomata do Itamaraty, e a experiência acumulada desses três anos e meio morando na África do Oeste, lhe forneceram intimidade com a geografia física e cultural do lugar que, por sua vez, se transmite na imaginação e na escrita do seu passado.

Encontramos outro exemplo dessa experiência quase etnográfica no início do livro, quando o autor convida o leitor a acompanhá-lo na visita que fez ao dormitório de Francisco Félix de Souza, na sua residência, na cidade litorânea de Ajudá (Uidá ou Glehue na versão autóctone). Ele descreve a cama europeia, de madeira sólida, com baldaquino para sustentar o mosquiteiro e, do lado, seguindo a cultura funerária do Daomé em que os ancestrais são sepultados no interior das casas, o túmulo do seu biografado.

Daí ele observa, junto à campa, jarros com flores frescas, assim como umas “rosas de plástico que vieram da Europa”.¹² O detalhe lhe serve para contrastar com os costumes das populações locais, que desconheciam o uso de flores como adorno doméstico, e os hábitos trazidos pelos chamados agudás. Esse grupo social, racialmente heterogêneo, estava formado por comerciantes portugueses e brasileiros assentados no litoral, africanos libertos retornados das Américas, assim como seus descendentes e agregados, unidos por seus nomes de família lusófonos e, frequentemente, pela prática católica, embora também houvesse retornados islamizados. Entre outros traços, esse grupo se distinguia pela

11 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, pp. 26; 31.

12 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 9.

cultura floral, o gosto pelo cultivo de hortas e jardins nas suas casas, pelo adorno de salões, oratórios e túmulos com flores.

“O que vemos depende de como olhamos”. São as peculiaridades das *riscas* acima citadas, resultado de um olhar atento, moldado por uma longa experiência de conhecimento acumulado, que conferem singularidade ao relato. Costa e Silva nos fala “do meu retrato de Francisco Félix de Souza, tendo por fundo a paisagem do seu tempo”. Essa é outra importante característica do livro, o foco não recai apenas na figura retratada, mas no fundo em que ela se situa, na reconstituição do cenário, na “paisagem do seu tempo”.¹³

Os dezesseis capítulos, breves e com aparato de notas ao final de cada um, se encadeiam como as contas de um rosário cujo fio condutor é a vida de Francisco Félix. Uma biografia inevitavelmente cheia de lacunas, do ponto de vista documental, sobretudo para os primeiros anos. Pairam dúvidas sobre a data de seu nascimento na Bahia (1754 ou 1768), sobre os motivos de sua viagem (ou viagens) à África – seria ele um foragido ou proscrito, “um renegado banido dos Brasis”? –¹⁴ ou sobre o momento de sua chegada na Costa da Mina (1779, 1788, 1792, 1793 ou 1800?). Não se sabe se seu primeiro destino foi a fortaleza de São João Batista de Ajudá ou se, mais provavelmente, já estava na região quando, em 1803, foi recrutado como “tabelião e escrivão do almoxarifado” no entreposto português.¹⁵ Antes disso, supõe-se que o jovem Souza teria passado uns três anos em Badagry, na parte oriental da Costa, onde estabeleceu uma feitoria escravagista que batizou como Adjido. Em 1806, ele aparece ainda como escrivão e já então como comandante do forte de São João Baptista. Após o exílio da coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, houve um progressivo abandono do lugar e Souza passou a transitar entre Ajudá, onde continuou a utilizar o forte para seus interesses comerciais, e Popô

13 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 6.

14 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 13.

15 Carlos Eugenio Corrêa da Silva, *Uma viagem ao estabelecimento portuguez de S. João Baptista de Ajudá na Costa da Mina em 1865*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, pp. 77-78.

Pequeno, conhecido pelos autóctones como Aneho (Anexô, na grafia do autor), na parte ocidental da Costa, onde estabeleceu uma nova feitoria também chamada Adjido.

Embora a cronologia seja imprecisa, esses deslocamentos levam Costa e Silva a mergulhar no passado de Badagry. Ele rememora o feitor holandês Hendrik Hertogh, que fugindo de Ajudá para Jaquim, em 1727, e de lá para Apa, teria fundado a cidade de Badagry por volta de 1731. Costa e Silva explica o êxito comercial de Hertogh “pela sua capacidade de africanizar-se”, mas “ao africanizar-se, não se deseuropeizou, manteve o apreço pelo conforto e o luxo e os símbolos de riqueza europeus”.¹⁶ Mais adiante, ele menciona outra figura do litoral que foi amigo e mentor de Francisco Félix de Souza, o “mulato” Nicolas, filho primogênito de Joseph Ollivier de Montaguère, comandante do forte francês de Saint Louis, também em Ajudá, e sua mulher, a mestiça Sophie, que, com a partida de seu marido de volta à França, foi “herdada” pelo rei do Daomé, vindo a tornar-se uma de suas esposas. Num indício da crescente influência lusófona na cidade, Nicolas ou seu entorno acabou aportuguesando seu nome para Oliveira. A preocupação com a mestiçagem e o fluido hibridismo cultural dessas personagens setecentistas não é gratuita, pois além de característica daquela região litorânea, foi também um dos traços marcantes de Francisco Félix de Souza. No seu trânsito por Popô Pequeno, por exemplo, praticou uma política de alianças matrimoniais com mulheres das famílias locais que controlavam o comércio de escravos, com as quais teve vários filhos e afilhados, o que facilitou sua inserção social e favoreceu seus negócios.

Francisco Félix de Souza era poliglota, falava línguas africanas locais, trabalhou como intermediário (comissário) no tráfico, até chegar a realizar operações por conta própria. Costa e Silva introduz o leitor à economia da alimentação local, aos búzios de certa espécie (ou cauris) que eram a moeda local, ao sistema de crédito no negócio do tráfico nos portos africanos. O autor nos conduz no seu tema predileto, descreve o sistema das feitorias, as rivalidades entre holandeses e portugueses, as rotas

16 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 21.

interioranas do tráfico, as mercadorias envolvidas no escambo. Seguindo Verger, salienta a vantagem que os baianos levavam no comércio de cativos por dispor de tabaco de refugo (ou de terceira qualidade) cultivado no Recôncavo, mercadoria imprescindível na troca com os comerciantes africanos. O tabaco e o ouro das Minas Gerais foram os produtos que deram predomínio aos tumbeiros do Brasil, especialmente no primeiro quartel do século XVIII.

De forma certa, Costa e Silva compreende Ajudá (Glehue), um dos principais portos exportadores de escravizados da história do tráfico atlântico (embora suas condições de embarque não fossem as mais adequadas), como palco privilegiado para a disputa geopolítica dos interesses econômicos das nações europeias. Esse foi o enclave que Francisco Félix de Souza escolheu para estabelecer o seu centro de operações.

A partir do capítulo cinco e até o capítulo oito, a história do reino do Daomé, seguindo a cronologia dos diversos monarcas, vai configurar o eixo narrativo. O percurso inicia com Agaja, o rei que conquistou o reino de Aladá em 1724 e o reino de Huedá em 1727, ganhando acesso ao litoral e ao lucrativo comércio europeu. Costa e Silva comenta a vassalagem do Daomé ao vizinho e poderoso reino iorubá de Oiô, cuja cavalaria lhe outorgava vantagem militar, assim como os repetidos conflitos do Daomé nos territórios recém-conquistados no litoral contra os exilados do reino de Huedá, refugiados em Popô Grande, ou os cabeceiras (administradores locais do tráfico) de Jaquim. Costa e Silva sublinha o militarismo do Daomé e como a necessidade de obter armas de fogo e outros instrumentos de guerra levou seus monarcas a investirem no monopólio da venda de escravizados, como forma de financiar sua corrida armamentista. Foi no intuito de controlar o comércio de gente que Agaja, inspirado em práticas vigentes no reino de Huedá, instituiu o cargo do *tegan*, mais tarde conhecido como *yovogan*, literalmente o “chefe dos brancos”, governador ou vice-rei em Ajudá, responsável pelo controle sobre o comércio europeu. Costa e Silva nota a multiplicação de cargos de chefia, e a super-

posição de suas funções, como estratégia para evitar o abuso de poder e, sobretudo, a concorrência ao rei.

Seguem informações sobre a política do tráfico nos reinados de Tegbesu, Kpengla e Agonglo, no século XVIII. Atento aos aspectos relacionados ao Brasil, Costa e Silva dedica especial atenção às embaixadas enviadas pelo Daomé a Portugal. Tegbesu mandou uma primeira missão às autoridades portuguesas na Bahia, em 1750, e Agonglo uma segunda a Lisboa, em 1795, que previa passagem por Salvador. Porém, nenhum desses esforços diplomáticos atingiu seu objetivo, que era obter o monopólio do comércio português, concentrando as atividades dos navios lusitanos, de forma exclusiva, no porto de Ajudá. O rei Adandozan, já no século XIX, enviou mais duas embaixadas, em 1805 e 1811, igualmente malsucedidas – a primeira, com trânsito pela Bahia, chegou até Lisboa, mas a segunda ficou retida em Salvador, sem opção de chegar à corte instalada no Rio de Janeiro.

O capítulo sete está dedicado a Adandozan, que ascendeu ao trono, ainda muito jovem, após o assassinato do seu pai Agonglo, em 1797, ou seja, seu reinado coincidiu com a chegada de Francisco Félix de Souza na região. Costa e Silva imagina o que poderia ter sido uma das viagens do mercador baiano, desde Ajudá até a corte em Abomé, a capital do reino, no interior. Trata-se de uma reconstituição ficcional, quase romanceada, baseada nos inúmeros relatos dos viajantes que realizaram esse trajeto, descrevendo o comboio de dezenas de pessoas, o transporte dos “brancos”, carregados em redes por portadores que se revezavam, e os comportamentos protocolares que regiam a vida nos palácios da capital do Daomé.

Na sequência, nosso autor explica o golpe palaciano promovido pelo príncipe Gapê (futuro rei Guezo) contra o seu meio-irmão Adandozan, destacando a participação de Francisco Félix de Souza que, desde Popô Pequeno, lhe forneceu armas e apoio logístico. Tudo isso por volta de 1818. Previamente, o príncipe Gapê ajudara Francisco Félix de Souza a escapar de Abomé, onde Adandozan o tinha aprisionado por disputa com dívidas do tráfico. Na ocasião da fuga, Gapê e Souza teriam realizado o

pacto de sangue conhecido como “beber o vodum”, ritual que sela uma promessa de ajuda mútua inquebrantável, sob risco de punição divina, geralmente a morte, caso uma das partes venha a desonrar o juramento. O fato de Souza se submeter a esse ritual local indica o progressivo grau de africanização comentado acima. Como prêmio à bem-sucedida aliança, após ser entronizado, Guezo outorgou o título de Chachá ao seu parceiro baiano, instaurando-o como chefe dos comerciantes do rei em Ajudá, um cargo muito influente, mas distinto do *yovogan*, que protocolarmente lhe tinha precedência.

Costa e Silva reconta a história de Na Agotimé, mãe do rei Guezo, escravizada e embarcada para as Américas por Adandozan, para se desfazer da adversária política. Uma vez no trono, Guezo enviou uma nova embaixada ao Brasil à procura da mãe, expedição organizada e financiada por Francisco Félix de Souza, com a suposta participação do embaixador daomeano Dosso-Yovo.¹⁷ Há várias versões acerca do possível retorno de Na Agotimé, mas, como era costume no Daomé, personagens de relevância na corte, como as rainhas-mãe (*kpojito*), tinham representantes nominais que se sucediam através das gerações. Na Agotimé estava presente em terras africanas na década de 1840, ficando a dúvida se era aquela que foi escravizada ou sua representante nominal.

Como retaliação e para encobrir o seu golpe de Estado, Guezo promoveu uma campanha para apagar a memória histórica de Adandozan. Essa política de silenciamento alimentou a lenda de que Guezo teria despachado o trono do seu rival para o Brasil, como presente à coroa portuguesa. Contudo, sabe-se que o trono chegou às Américas em 1811, ainda durante o reinado de Adandozan. A peça ficou exposta durante muitos anos no Museu Nacional do Rio de Janeiro, até ser consumida pelas chamas no grande incêndio de 2018.¹⁸

17 Documentação publicada posteriormente ao livro indica que o embaixador dessa missão foi Amussú, tio do rei Guezo. Ver Luis Nicolau Parés, “Cartas do Daomé: uma introdução”, *Afro-Ásia*, n. 47 (2013), pp. 325-326, .

18 Mariza de Carvalho Soares, *A coleção Adandozan do Museu Nacional. Brasil-Daomé, 1818-2018*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

A partir do capítulo nove, a narrativa se concentra na atuação de Francisco Félix de Souza em Ajudá, durante o reinado de Guezo. Costa e Silva apresenta o *modus operandi* do tráfico, a vida nos depósitos de cativos e as mudanças que aquela estrutura comercial sofreu com a crescente repressão dos cruzadores britânicos que, desde o início do Oitocentos, tentavam erradicar o tráfico atlântico. A clandestinidade levou os mercadores a adotarem diversas medidas, como o reforço do sistema de inteligência e comunicação, a diversificação dos pontos de embarque e, sobretudo, a reunião prévia de grande número de escravizados nas feitorias, para poder embarcá-los de uma só vez, em poucas horas, evitando o risco do apresamento. Félix de Souza passou a empregar os cativos que aguardavam sua deportação no cultivo de alimentos e na procura de lenha e água para o abastecimento dos tumbeiros, tornando mais eficiente e rentável a maquinaria escravocrata.

Nos capítulos onze e doze, Costa e Silva se aprofunda no mundo do tráfico. Apresenta a rede de mercadores que atuava na Costa da Mina, em particular aqueles conectados ou em concorrência com o Chachá, franceses, espanhóis, portugueses, principalmente outros brasileiros, como Domingos José Martins, José Francisco dos Santos (o Alfaiate), Joaquim Teles de Menezes e africanos libertos retornados do Brasil, como Joaquim de Almeida ou Pedro Pinto da Silveira, entre vários outros. Nesse entorno bastante cosmopolita, Costa e Silva não esquece dos mercadores do rei daomeano que subministravam os cativos e cobravam os tributos reais, como Azanmado Quénum, um dos principais na época.

Não se sabe quantos navios negreiros Francisco Félix de Souza possuiu; se conhecem aqueles que foram apresados pelos ingleses, mas Costa e Silva arrisca que a maioria dos escravizados comercializados pelo Chachá viajaram em veleiros de sua propriedade. A verdadeira posse das embarcações ficava amiúde encoberta sob um emaranhado legal de titularidades semifictícias, desenhadas para confundir as autoridades inglesas. Por exemplo, o brigue *Empreendedor*, capturado pelos cruzadores britânicos em 1839, era propriedade do capitão pernambucano Joaquim Teles

de Menezes, que alegou tê-lo comprado de seu sogro, o Chachá, mas há indícios da participação de outros proprietários, ora cubanos, ora brasileiros, que talvez fossem apenas agentes comerciais do Chachá nos portos americanos.¹⁹ A maioria das embarcações do Chachá pode ter sido construída na costa africana, mas outras, como o *Empreendedor* ou o *Príncipe de Guiné*, foram encomendadas a estaleiros norte-americanos. A paisagem que Costa e Silva nos descreve mostra a intensificação da cooperação internacional no tráfico atlântico durante o período da ilegalidade. O fluxo financeiro dos investimentos e rendimentos passava por Nova York, Marselha, Londres e promovia a crescente monetarização das trocas, o dólar de prata sobrepujando o búzio local.

Para além do seu negócio, Francisco Félix de Souza foi, sem dúvida, o maior líder e protetor da comunidade agudá nas décadas de 1830 e 1840. Ele foi responsável pela acolhida em Ajudá, sobretudo após a Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, de numerosos libertos vindos do Brasil, criando bairros como Maro, que reunia diversas famílias islamizadas, ou Blésin (Brasil). Muitos dos retornados não conseguiam voltar a suas vilas e cidades de origem, por terem sido devastadas pelas guerras iorubás do período ou por restrições à mobilidade impostas pelo Daomé.

Outro assunto intrincado, consoante com o cosmopolitismo acima referido, é a pluralidade identitária do Chachá, que podia assumir a nacionalidade brasileira ou portuguesa, ao sabor das circunstâncias. Quando o forte de São João Baptista foi retomado aos daomeanos pelas autoridades portuguesas, em 1844, o Chachá contribuiu financeiramente para sua reconstrução, aí incluída a capela católica. Em reconhecimento, Portugal o condecorou com a Ordem de Cristo e o considerou “benemérito patriota”. A aliança lusitana lhe possibilitou o controle do enclave militar, onde seus filhos ocuparam diversos cargos, e o enfrentamento, com maior força, da pressão imperialista da Inglaterra e da França. Costa e Silva pensa que

19 São mencionados como possíveis proprietários os irmãos cubanos Zangronis, e o brasileiro André Pinto da Silveira que, em 1835, era o principal consignatário do Chachá na Bahia.

“Francisco Félix se manteve português e brasileiro [...] içando sobre os seus domínios qualquer das duas bandeiras, conforme o interlocutor e as conveniências do momento”.²⁰

Além do jogo estratégico das identidades múltiplas, Francisco Félix de Souza era um cabeceira daomeano, um estrangeiro adotado. Pelas suas atividades comerciais e sua proximidade com a cultura autóctone, acabou atuando como um “intermediário entre os de fora e os da terra”.²¹ Ele formou uma grande família poligâmica, com diversas mulheres africanas, que lhe deram numerosa descendência – lembrando que, naquele contexto, o controle sobre pessoas, fossem parentes, aliados, seguidores ou dependentes, era o que conferia autoridade aos chefes. Em mais um exemplo de sua adesão às práticas locais, o Chachá instalou, em sua residência, um templo dedicado a seu vodum protetor, Dagou. Contudo, como acontecia com o feitor holandês Hertogh, sua africanização não pressupunha o abandono do gosto pelo luxo e as maneiras europeias. Muitos viajantes que o visitaram, inclusive os abolicionistas ingleses que o consideravam um inimigo por seu envolvimento no tráfico, elogiaram seus banquetes requintados e destacaram suas qualidades morais, como a generosidade, a bondade e a honestidade.

Os últimos capítulos lidam com a decadência de Francisco Félix de Souza na fase final da sua vida, decaimento que acompanhou, de algum modo, o progressivo declínio do negócio do tráfico transatlântico e a transição para a complementar economia do azeite de dendê. Aquele jovem que, na sua chegada na África, sobreviveu com os búzios que furtava dos santuários dos deuses, conseguiu juntar, ao longo de cinco décadas de envolvimento no tráfico de gente, uma fortuna incomparável. Contudo, quando faleceu, estava à beira da ruína. Conforme Costa e Silva, Francisco Félix de Souza não era um capitalista nato, que reinvestia todos os ganhos em recursos para novas empreitadas comerciais; ao contrário,

20 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, pp. 108-109.

21 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 146.

ele “investia em prestígio”,²² na ostentação e até no desperdício. Diz-se que Guezo tinha inveja da sua riqueza e que contribuiu para sua ruína. Ele exigia mercadorias europeias e demorava para suprir cativos, gerando ao Chachá dívidas cada vez mais sérias. Em meados da década de 1840, o rei lhe retirou a exclusividade dos negócios com seus representantes no litoral o que exacerbou a concorrência. Mercadores locais como Quénun, retornados como Joaquim de Almeida, ou brasileiros como Domingos José Martins, passaram a corroer a sua hegemonia.

Francisco Félix faleceu em 8 de maio de 1849, provavelmente “de doenças da velhice”, e não por ter sido envenenado pelo seu irmão de sangue, como querem alguns. Costa e Silva questiona a rivalidade entre Guezo e o Chachá, e acredita que o soberano deu provas de sua amizade durante as cerimônias fúnebres do aliado. Concedeu-lhe o direito de ser enterrado com sacrifícios humanos, o que no reino do Daomé era privilégio real, e enviou cativos e outros presentes a Ajudá. Há controvérsia sobre se eles foram executados, pois a família de Souza seria avessa a esses costumes do país. O rei, contudo, não deixou de cumprir a lei local e herdou todo o patrimônio do defunto, o que lhe correspondia por direito, para, após significativa tributação, ressarcir-lo de volta à família. Costa e Silva sugere, porém, que grande parte dos ativos e propriedades do Chachá estariam na Bahia, sob os cuidados de Joaquim Pereira Marinho, outro notório traficante.

O encerramento dessa intrincada viagem, acompanhando a trajetória de tão singular personagem e as paisagens do seu tempo, nos remete ao presente, à continuidade e memória da sua figura na contemporaneidade. O título de Chachá se perpetua até hoje, de forma sucessória, entre os membros da extensa família de Souza, que permanece uma das mais poderosas e influentes da comunidade agudá.²³ Para os parentes, Francisco Félix de Souza representa o ancestral primeiro, o herói fundador

22 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 169.

23 Ver, por exemplo: Milton Guran, *Agudás: os “brasileiros” do Benim*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

que deve ser glorificado e reverenciado. Isto serve a Costa e Silva para refletir sobre o legado da escravidão, notando o aparente silenciamento coletivo quanto ao envolvimento do Chachá no execrável comércio de gente. “Por uma dessas comuns metamorfoses da memória, a imagem do traficante de escravos foi substituída pela do grande patriarca e protetor dos ex-escravos regressados do Brasil”.²⁴

Essa curiosa amnesia do passado, relacionada ao que hoje chamaríamos de política da memória, nos faz repensar o papel de um livro de história como este, um recordatório e um alerta necessário para não esquecer que “Francisco Félix de Souza não foi aquele grande homem a quem cantam as loas, mas a principal personagem de um medonho pesadelo”.²⁵ Esse paradoxo, o empolgante atrativo de uma personagem repulsiva, atravessa as páginas do livro e faz de sua leitura uma experiência cativante. Mas não é só a história, é também a maneira de contar a história, a habilidade narrativa, o saboroso deleite com a palavra, o saber do escritor, inclusive do poeta, que acompanham o historiador nesse retrato literário.

doi:10.9771/aa.v0i70.65870

24 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 175.

25 Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza*, p. 175.